

ESTUDOS

AS PESSOAS FAZEM POLÍTICA CULTURAL? O CASO DO CAIS JOSÉ ESTELITA.*

Denis Antônio de Mendonça Bernardes¹

Ângela Nascimento²

RESUMO

Depois de uma breve síntese histórica sobre a política cultural como expressão do Estado, este texto busca vê-la também como uma possível e necessária expressão da ação de pessoas, tomando como exemplo o caso da disputa entre interesses privados e interesses públicos relativa ao antigo Parque Ferroviário da extinta Rede Ferroviária Federal, situado no Recife. Vendida para a iniciativa privada, essa área fazia parte do antigo complexo portuário do Recife, situado em uma posição privilegiada, frente à Baía do Pina. Diante da ameaça de construção de grandes e privados edifícios para

¹ Doutor em História. Professor do curso de Serviço Social da UFPE e dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e de Ciência da Informação da mesma universidade. E-mail: denisbernardes@uol.com.br.

² Historiadora. Mestra em Ciência da Informação. Professora da Secretaria de Educação de Pernambuco. E-mail: angela.cmn@gmail.com.

* Trabalho apresentado no III Seminário Internacional de Políticas Culturais, na mesa de Comunicações, Cultura e Direito, no dia 20/09/2012.

poucos, muitas pessoas têm se mobilizado para impedir a perda de um importante espaço público.

Palavras-chave: Patrimônio público; Cais José Estelita; Recife; luta público/privatização.

RÉSUMÉ

Après une brève synthèse historique à propos de la politique culturelle en tant qu'une expression de l'État cette communication cherche à la voir, aussi, comme une possible et nécessaire expression de l'action des personnes, en prenant par exemple le cas de la dispute entre les intérêts privés et les intérêts publics pour l'ancien complexe ferroviaire de l'ancien Rede Ferroviaria Federal, situé à Recife. Vendue à l'initiative privée cet espace faisait partie de l'ancien complexe portuaire de Recife, une localisation privilégiée, en face du bassin de Pina. Devant le menace de la construction de grands bâtiments privés, beaucoup de gens se mobilisent pour empêcher la perte d'un important espace public de tous, pour le profit d'une petite parcelle de la population.

Mots clés: patrimoine public, Quai José Estelita, Recife, lutte publique/privatisation.

Construir a Cidade,
Estimulando novos encontros,
Feita no compasso, exato e lúcido, do urbanismo,
Convergente na tropicalidade afetiva da urbanidade.
Construir a cidade?
Casa da liberdade?
Prática da cidadania:
Construir
Preservando a Cidade³.

³ Luis Otavio Cavalcanti, Secretário de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Recife (1979-1982), Recife, Cais do Apolo, 23 de dezembro de 1980. Apresentação: Construir a Cidade. In: Prefeitura da Cidade do Recife, *Preservação de Sítios Históricos*, 1981.

POLÍTICA CULTURAL: UM RESUMO HISTÓRICO

A política cultural⁴ possui uma longa história. É possível pensar que teve início com o surgimento do Estado, como uma forma de marcar os seus feitos e os dos seus dirigentes. Em geral, manifestava-se com a construção de luxuosos palácios, de templos, de elementos comemorativos, tais como obeliscos ou estátuas. Podia também manifestar-se em grandes túmulos, dos quais as pirâmides egípcias são a grande expressão. A política cultural estava também incluída na cunhagem de moedas quando mostravam a figura dos dirigentes ou algo que as vinculassem aos mesmos. Festas e cortejos, sob as mais diversas formas, podem ser vistos como expressões de política cultural.

Uma grande mudança ocorreu com o final do Império Romano e com a vitoriosa difusão do cristianismo. Sua implantação exigia uma ampla luta no plano cultural contra as crenças dominantes, logo chamadas de pagãs, e a elaboração de um corpo doutrinal que envolvia a moral, os costumes, a teologia, a mística, uma visão da natureza, uma filosofia, para tudo dizer em poucas palavras. A criação das ordens religiosas — masculinas e femininas — foi uma grande inovação e, como se sabe, estão na base da formação do Ocidente. Conventos, mosteiros e igrejas precisaram ser decorados e foram importantes clientes para pintores, entalhadores, estátuários, joalheiros e, naturalmente, para escribas, até quando a invenção da imprensa os foi, pouco a pouco, substituindo.

O surgimento e a consolidação das monarquias nacionais, a partir do século XIV, trouxeram novos elementos ao papel da política cultural, tal como a que estamos aqui considerando de uma forma bem ampla⁵. Alguns dos elementos que já foram mencionados e vindos de épocas mais anteriores continuaram sendo usados e mesmo reforçados: a cunhagem das moedas, as edificações, os

⁴ Embora tenhamos usado a expressão no singular, não desconhecemos que pode ser usada no plural, dada sua abrangência cada vez maior.

⁵ O termo *política cultural* data do século XX, mas sua existência, como prática do poder, vem de longa data, como indicado acima. A bibliografia sobre o tema é muito vasta e sempre enriquecida por novos estudos.

mônumentos comemorativos. Um dado novo logo apareceria com a invenção da imprensa. Igreja e Estado logo perceberam seu grande potencial e seu perigo. Daí o surgimento da censura e o controle sobre as publicações. Mas, felizmente, sempre houve a possibilidade de escapar a tais controles, bastando lembrar o grande papel que teve a imprensa na difusão das ideias da Reforma Protestante⁶.

Uma importante forma de política cultural foi o mecenato. Seja o mecenato do Estado, da Igreja ou dos nobres e burgueses mais ricos. Estamos ainda aqui na vigência do Antigo Regime, com todas as características que marcavam os modos de funcionamento dos poderes e os valores que os legitimavam.

Outra mudança da qual somos herdeiros veio com as duas revoluções do século XVIII: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Assinalemos algumas das suas consequências mais importantes. Para a Revolução Industrial, além dos aspectos das inovações tecnológicas e da produção em massa de muitos produtos, foi fundamental a formação da burguesia e dos trabalhadores assalariados. Para a Revolução Francesa, a grande mudança foi fazer da política um assunto potencialmente de todos, dando-lhe publicidade e possibilidades de controle pela população. Essa mudança expressou-se com o novo personagem político — o cidadão — com a transformação de muitos dos bens das monarquias em bens nacionais e com a ideia da nação substituindo a do reino. Assim foram criados as Bibliotecas Nacionais, os Arquivos Nacionais⁷ e os Museus Nacionais. Junto a isso, houve uma intensificação na criação de parques e praças para uso de todos. Essa mudança foi essencial. Primeiro porque trouxe para o conjunto da população um bem que era privilégio de poucos: o acesso a grandes áreas de parques ou florestas, regalia dos reis e dos aristocratas ou grandes burgueses. E segundo porque pôs a criação de tais espaços para uso de todos como obrigação do Estado, como uma demanda à qual ele devia

6 FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean. *L'Apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1999 (1ª edição 1958).

7 FAVIER, Jean. *Les archives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965 e FAVIER, Lucie. *Mémoire de l'État. Histoire des Archives Nationales*. Préface de René Rémond. Paris: Fayard, 2004. Este último sobre o Arquivo Nacional da França.

responder. De uma maneira inteiramente nova, o Estado passava a ter como uma de suas mais importantes obrigações a prerrogativas a gerência do território, dos seus usos e mesmo a obrigação de ser o criador de espaços para o uso coletivo⁸.

O Brasil não esteve ausente desse movimento, e a criação do Estado Nacional foi acompanhada por diversas iniciativas de política cultural: criação do Arquivo Nacional, transformação da Biblioteca Real em Biblioteca Nacional, criação da Escola Nacional de Belas Artes⁹.

Mas a consolidação da política cultural de origem estatal foi realizada no século XX com o acirramento das lutas políticas contra o Estado liberal, das quais resultaram duas experiências autoritárias, embora com objetivos bem diferentes: o Estado Socialista ou Comunista na União Soviética e o Estado Nazista e Fascista, na Alemanha e na Itália, respectivamente. Desde então, o Estado criou órgãos para a ação cultural, como ministérios e repartições; e a política cultural passou a ser parte essencial da ação estatal. No Brasil, a ação do Estado no plano cultural ganhou uma nova dimensão a partir da Revolução de 1930. É significativo que a Constituição de 1934 consagrou, pela primeira vez, a política cultural como obrigação do Estado e estabeleceu a defesa do patrimônio histórico, cultural e artístico. Em 1937, essa proteção foi estendida à natureza e à paisagem¹⁰.

8 A criação dos parques públicos com acesso para todos foi uma importante transformação na política estatal em todo o mundo. Podemos dizer que, sempre que a decisão foi por sua criação, a qualidade de vida ganhou bastante. E, toda vez em que o interesse privado triunfou, todos perderam, muitas vezes de forma irreversível. Um bom exemplo de como os parques públicos foram importantes na luta entre interesses privados e interesses públicos está no caso da pretensão da rainha Caroline de Anspach, esposa do rei George II, da Inglaterra, de tornar privado o Parque de Saint James. Ela "perguntou ao primeiro-ministro, Robert Walpole, quanto isso custaria. 'Apenas a coroa, senhora', respondeu ele com um sorriso sutil". BRYSON, Bill. *Em casa: uma breve história da vida doméstica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 279.

9 Vale lembrar a iniciativa de D. Pedro I de mandar editar, em Paris, por um alto custo, a *Flora Fluminense*, de frei Velloso. Ver: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional. *Flora Fluminensis* de frei José Mariano da Conceição Vellozo. Documentos. Rio de Janeiro, 1961.

10 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Art. 148: Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral; proteger os objetos de interesse histórico; e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de novembro de 1937, "[...] as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza" passaram a ser protegidos pela Nação, Estados e

Tudo isso tem uma longa e complexa história, apenas aqui esboçada de maneira muito resumida, para termos o mínimo da indispensável perspectiva temporal no exame de nosso tema. Tratamos até aqui da política cultural de um ponto de vista estatal. No entanto, queremos propor outra possível e necessária abordagem da política cultural: aquela que se faz pela ação de pessoas fora do Estado e mesmo contra o Estado. Há uma longa história também sobre isso, nem sempre registrada ou conhecida. Na verdade podemos pensar que todos os gestos humanos possuem uma expressão cultural, podem ser a manifestação de uma política cultural, seja de forma consciente ou não. Interessa-nos, contudo, aqui, trazer uma manifestação de política cultural que questiona o Estado sobre o destino de uma extensa área, antes de propriedade pública e, depois, vendida para um complexo de empresas imobiliárias. Antes de entrar mais diretamente em nosso assunto, devemos registrar alguns momentos da política cultural que envolveu o espaço público do Recife nos últimos 48 anos, ou seja, desde o golpe civil-militar de 1964.

POLÍTICA CULTURAL NA CIDADE DO RECIFE: 1940-2012

A ação do Estado sobre o espaço urbano do Recife, especialmente no tocante à manutenção ou derrubada de alguns dos seus bens culturais, já possui uma longa história, impossível de traçar inteiramente aqui. Deixando de lado épocas mais recuadas, podemos dizer que a primeira grande intervenção ocorreu com o projeto de modernização do Porto do Recife, que deu origem ao que hoje se chama, erradamente, de *Recife Antigo*¹¹. A realização desse projeto significou a destruição, no Bairro do Recife, de uma forma de ocupação que datava do século XVI e se consolidara a partir do século

Municípios: "Art: 134: Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional".

11 ORLANDO, Arthur. *Porto e Cidade do Recife*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1908. LUBAMBO, Cátia Wanderley. *Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: Cepe/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991. A reforma do Porto do Recife foi iniciada em 1909.

XVII e XVIII¹². Na década de 1940, em pleno Estado Novo (1937-1945), outra grande intervenção urbana, também com destruição de alguns bens culturais, foi realizada nas atuais avenidas Dantas Barreto e Guararapes¹³. Ali, também o antigo casario foi derrubado, assim como a Igreja do Paraíso e o Quartel do Paraíso¹⁴. Nos anos 1970, um novo plano de ampliação da Avenida Dantas Barreto foi realizado pelo então prefeito Augusto Lucena¹⁵. Dessa vez foram também demolidos prédios residenciais e a Igreja dos Martírios, que datava do século XVIII. Apesar de alguns protestos, a Prefeitura conseguiu impor seu plano de demolição, embora o resultado ainda hoje seja a construção de uma inútil avenida¹⁶.

12 Isto significou a destruição do que ainda podia restar de construções holandesas e de outros bens posteriores, tais como a Igreja do Corpo Santo e todo o casario que estava na área de implantação do novo projeto. Uma nova onda destruidora do Bairro do Recife aconteceu nos anos 1970 e foi depois abandonada, deixando apenas ruínas das antigas casas. Essas intervenções significaram uma profunda modificação na ocupação do espaço e um deslocamento importante da população residente. Ver Lêda Bernadi Della Giustina: *O Pilar que ficou. Um estudo sobre a conservação de bens patrimoniais a partir do conceito de valor: o caso da Igreja do Pilar do Recife*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/UFPE, 2010. Memórias de antigos habitantes do Bairro do Recife foram recolhidas por Antônio Torres Montenegro, Ivandro da Costa Sales e Sílvia Rodrigues Coimbra. *Bairro do Recife: porto de muitas histórias*. Recife: Gráfica Recife, 1989.

13 Concomitantemente às transformações urbanas patrocinadas pela Prefeitura da Cidade do Recife, houve uma grande ação cultural através da criação da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (Decreto nº 144, de 1º de março de 1939), depois denominada de Diretoria de Documentação e Cultura, cujo regulamento data de 20 de outubro de 1943, publicado na *Revista Arquivos*, nº 1 e 2, Recife, 1943, p. 359-365. A Prefeitura também editou a *Revista Arquivos*, a partir de 1942, e teve ampla repercussão nacional.

14 A Igreja, o Hospital e o Quartel do Paraíso tinham sido importantes lugares vinculados à Revolução de 1817. Na igreja, atuava o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, no hospital, o padre Muniz Tavares e, no quartel, teve início o movimento. As duas fases da atuação da Prefeitura da Cidade do Recife, com apoio do Governo do Estado e da União, na Avenida Dantas Barreto, em 1940 e em 1970, foram objeto de um importante trabalho: LORETTO, Rosane Piccolo. *Paraíso e Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

15 BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. As gestões municipais da cidade do Recife - 1964-1985. In: BERNARDES, Denis. *Recife - o caranguejo e o viaduto*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1996.

16 Apesar das dificuldades de manifestação de discordâncias quanto ao projeto de demolição da Igreja dos Martírios, pessoas e entidades a fizeram. O prefeito mobilizou importantes apoios intelectuais, entre os quais o de Gilberto Freyre, então membro do Conselho Federal de Cultura. Para recompensar alguns dos apoios recebidos por alguns intelectuais, o prefeito decidiu criar a Comissão de Cultura da Cidade do Recife, cuja presidência foi dada ao historiador Flávio Guerra, que, junto com Gilberto Freyre, havia assegurado que a Igreja dos Martírios não tinha nenhum valor histórico ou cultural. O que é mais significativo em todo esse processo é que a Igreja dos Martírios havia sido inscrita no Livro do Tombo dos bens patrimoniais do Iphan, mas, por pressão do prefeito, esse registro foi retirado, possibilitando, assim, sua demolição. Além de Denis Antônio de Mendonça Bernardes e, sobretudo, Rosane Piccolo Loretto, já citados, ver: CAVALCANTI, Betânia Uchôa. *O mágico retorno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Para justificar e legitimar essa intervenção tão brutal no patrimônio urbano da cidade, foi criado o Conselho Municipal de Cultura¹⁷. A partir daí a Prefeitura da Cidade do Recife passou a intensificar sua política cultural como parte efetiva de sua atuação. Naturalmente que nos anos da ditadura o tom geral era de apoio e de legitimação ao governo, com a comemoração das grandes datas nacionais¹⁸.

Na transição da ditadura para o Estado Democrático, diante do ressurgimento dos diversos movimentos sociais, a Prefeitura da Cidade do Recife iniciou outra fase em sua atuação cultural. Não apenas foi abandonado o projeto de ocupação de Brasília Teimosa e de outras áreas, mas foi feito o primeiro plano mais sistemático de levantamento do patrimônio arquitetônico da cidade e a aprovação de leis capazes de protegê-lo¹⁹.

A partir desse momento, ou seja, a partir dos anos 1974, houve uma crescente importância das ações culturais da Prefeitura da Cidade do Recife, não apenas no apoio às tradicionais manifestações como o Carnaval e o São João, mas também na edição de livros, na realização de concursos literários, na divulgação dos eventos culturais²⁰. Hoje,

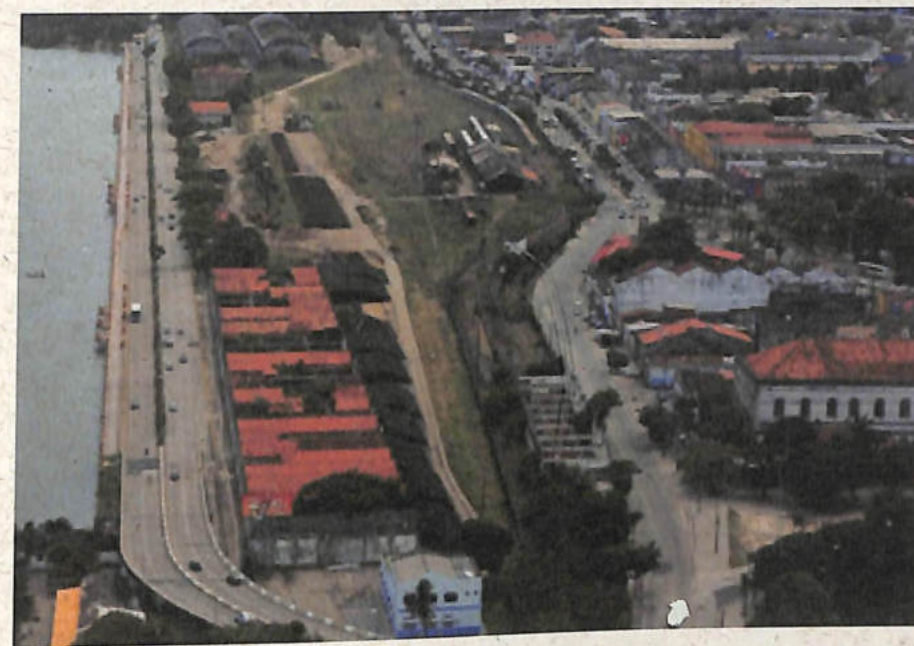
17 Criado pela Lei nº 10.384/71. Para sua composição inicial foram chamados vários intelectuais, alguns com atuação nos jornais locais, que haviam apoiado a ação da Prefeitura.

18 "Em 15/06/1973, o *Diário Oficial do Município* do Recife, na administração de Augusto Lucena (segunda gestão: 1971-1975), publicou a seguinte manchete: '71 casais irregulares são legalizados pela Fundação Guararapes (FG) e LBA; em 14/09/1972: 'Crianças são concludadas à obediência e prática do bem'; em 28/03/1972: 'Governador, prefeito e chefes militares abrem a Semana da Árvore'; em 14/12/1971: 'Presidente faz elogio a Prefeito pelo sucesso da Semana da Pátria'." In: BERNARDES, Denis. *Recife - o caranguejo e o viaduto*, cit., p. 132, nota 23.

19 Essa transição foi marcada especialmente pela gestão do prefeito Gustavo Krause (1979-1982), quando foi dada prioridade "aos problemas sociais da cidade e à preocupação em explicitar um projeto cultural para o município, afirmando buscar valorizar, promover e proteger sua identidade cultural própria" (Denis Bernardes op. cit., p. 99). Ver também: Prefeitura da Cidade do Recife. *Preservação de Sítios Históricos*, Recife, 1981. Na gestão de Gustavo Krause, foi criada a Fundação de Cultura da Cidade do Recife, pela Lei nº 13.535, publicada no *Diário Oficial do Município* do Recife, de 1º de maio de 1979. O artigo 2º define suas finalidades como "[...] a indução das atividades culturais com ênfase na cultura popular, consubstanciada no desempenho das seguintes atividades: preservar o universo cultural e a memória nacional nos limites da cidade do Recife; despertar na comunidade o gosto e o amor por sua própria cultura, através de eventos culturais e programas de participação comunitária; incentivar a produção artística e literária de modo a desenvolver o gosto e a preservação da cultura em suas diversas formas e manifestações; executar programas de recuperação e preservação de documentos, sítios e monumentos históricos da cidade do Recife, e realizar programas de criação, recuperação e manutenção das casas de espetáculo da cidade".

20 Um exemplo é a edição da série *Coleção Recife*, que editou importantes obras, especialmente sobre o Recife, inéditas ou esgotadas, sob a direção de Leonardo Dantas Silva.

Figura 01: Vista dos antigos galpões da RFFSA localizados em terreno no Cais José Estelita.



Fonte: Blenda Souto Maior/DP/D.A Press

com as características que acompanham cada gestão, já não é mais possível ignorar todo o complexo cultural gerido pela Prefeitura da Cidade do Recife, que atinge não apenas os chamados agentes culturais, mas uma parte considerável da população, como ocorreu com a construção do Parque Dona Lindu.

UM ESPAÇO EM DISPUTA: O TERRENO DO ANTIGO PARQUE FERROVIÁRIO DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL

O que hoje é o Cais José Estelita está situado nas áreas iniciais da ocupação do povoado do Recife nas margens da Bacia do Pina²¹,

21 Essa situação do chamado Cais José Estelita valoriza bastante toda a sua área. Uma matéria publicada no *Diário de Pernambuco*, no caderno dedicado aos negócios imobiliários, intitulada *Vista é tudo* traz as seguintes chamadas: "Morar de frente para o mar ou rio com as janelas voltadas para uma área verde custa até 40% mais"; "Jardins de Aurora, da construtora Moura Dubeux, teve 76 dos 84 apartamentos vendidos no primeiro mês"; "Vista contribui para a qualidade de vida, que as pessoas estão buscando hoje". Esta última é uma declaração de Alberto Ferreira, diretor comercial da Rio Ave. *Vista é tudo*. PIMENTEL, Thatiana. *Diário de Pernambuco*, 19 de abril de 2012, p. 1. Classilider. Lugar certo. www.lugarcerto.com.br.

estuário formado pelos rios Capibaribe, Jordão, Pina e Tejió. Em uma visão territorial mais ampla, sua área inclui Brasília Teimosa²². No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi utilizado como local de pouso de hidroaviões, tendo sido utilizado por companhias como Latecoère, Aéropostale (atual Air France), Condor-Lufhansa e Panair-Panamerican.

Na área do Cais José Estelita, estão os terrenos antes dedicados²³ ao sistema ferroviário e também ocupados por armazéns²⁴ do Instituto do Açúcar e do Alcool²⁵, que serviam para abrigar mercadorias que transitavam pelo sistema ferroviário e portuário. Esses armazéns já começaram a ser derrubados, embora tenha surgido uma questão

22 Brasília Teimosa foi, em um passado recente, objeto de projetos imobiliários maquinados pela Prefeitura do Recife e por empresários para a construção de marinas, hotéis, centros comerciais, apartamentos para a classe média bem aquinhoados e para os mais ricos. Esse projeto significava que a população preexistente seria sumariamente expulsa. Isso se passou em plena ditadura, mas a resistência popular conseguiu vencer tais projetos. Brasília Teimosa passou então a fazer parte das áreas de Prezeis, mas não deixou de continuar nos planos das empreiteiras. Hoje a área está ameaçada pelo capital, sendo objeto de uma grande valorização imobiliária. Bem próxima à área de preservação e mesmo avançando em parte sobre a mesma, foi construída a sede dos empreendimentos empresariais de João Carlos Paes Mendonça. Essa construção e, mais recentemente, a do Shopping RioMar, onde antes estava situada a fábrica da Bacardi, tornou toda essa área muito valorizada e objeto de inúmeros projetos imobiliários, inclusive da Moura Dubeux. A população ribeirinha, habitante das palafitas, foi deslocada para conjuntos habitacionais financiados pelo PAC; e intervenções viárias, a exemplo da Via Mangue, estão em construção. Sobre Brasília Teimosa e a luta dos seus moradores pelo direito ao espaço, ver: *Conflitos ambientais urbanos: uma análise da intervenção do poder público e do setor imobiliário formal na comunidade de Brasília Teimosa, Recife/Pernambuco*. Denis Antônio de Mendonça Bernardes, op. cit. e Rosiglay Cavalcante de Vasconcelos. Recife, dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais da UFPE, 2011.

23 O atual nome do Cais José Estelita é uma homenagem ao engenheiro pernambucano José Estelita (1890-1951). Engenheiro da Inspetoria de Obras Contra as Secas (1922), engenheiro das Obras Complementares do Porto do Recife (1923), diretor das Obras Públicas Municipais de Olinda (1929-1930), diretor das Obras Públicas Municipais do Recife (1931), professor da Escola de Engenharia (1937-1938), professor de Urbanismo na Escola de Belas Artes do Recife (1940-1951), diretor da Diretoria de Docas e Obras do Porto do Recife (1939-1945), foi um dos fundadores do Boletim da Secretaria de Viação e Obras e Públicas. Por sua gestão do Porto do Recife durante a Segunda Guerra Mundial, recebeu a Medalha de Honra ao Mérito. <http://www.urbanismobr.org/bd/autores.php?id=486>

24 "Lembro-me, quando criança, indo da casa de minha avó, no Pina, de ônibus, para o centro do Recife, passando por esse local singular. Os armazéns dali, então fervilhando de estivadores e caminhões carregados de sacos de açúcar, compunham um cenário que agradava, emoldurando o bairro de São José. Depois veio o absurdo do Viaduto das Cinco Pontas, monumento à burrice arquitetônica, esmagando o forte de tanto significado histórico. Felizmente, urbanizou-se o cais e deixou-se passagem livre para a contemplação. Diante disso, o destino que as autoridades querem dar ao Cais José Estelita, vendendo-o a especuladores imobiliários, é uma ofensa de enormes proporções à memória da capital pernambucana." *Ocupe Estelita, já*. Clóvis Cavalcanti. *Diário de Pernambuco*, 22 de abril de 2012, B15.

25 Criado em 1933 (Decreto nº 22.789) e extinto em 1990 (Lei nº 8.029).

judiciária sobre a posse de um ou de alguns deles²⁶. Em 2000, já se anunciava o uso futuro desta área:

"O casario do cais é constituído por vários armazéns que serviam às atividades do porto; por trás deles, passam os trilhos da rede ferroviária. Tanto os armazéns quanto a malha ferroviária estão em processo de desativação, o que vai propiciar a utilização desse espaço urbano para um novo polo turístico e residencial" (BRAGA, 2000, p. 16. Grifo nosso).

Com a implantação do sistema de transporte ferroviário²⁷, ligado ao Porto do Recife, ali foi implantado o chamado Parque Ferroviário, com a edificação de vários armazéns. Esteve em atividade até 1996. Embora desativado, permaneceu como propriedade da Rede Ferroviária Federal, até que foi vendido para um complexo de empresas privadas do setor imobiliário, formado pela Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos²⁸.

Nas atuais circunstâncias do mercado imobiliário da cidade do Recife, é uma das áreas mais valorizadas para novos empreendimentos, oferecendo, como já indicado, o acréscimo da vista para uma das áreas mais belas da cidade e em um local de situação privilegiada²⁹.

26 "A briga pelos galpões do cais. Uma pendência judicial deve atrasar a transformação da paisagem do Cais José Estelita - que será transformado em um complexo de edifícios. Uma empresa que ocupava um dos armazéns cobra esclarecimentos sobre um galpão que teria sido indevidamente incluído na área alichiada." *Diário de Pernambuco*, 10 de março de 2012. Primeira página e Vida Urbana, C1.

27 A Estrada de Ferro Recife ao São Francisco foi inaugurada em fevereiro de 1858 - a segunda aberta no Brasil. E foi absorvida pela Great Western (1901-1950), depois pela Rede Ferroviária do Nordeste (1950-1975) e por último pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) (1975-1996), extinta em 2007 (Lei nº 11.483 de 31/05/2007).

28 A investida do capital imobiliário nessa área do Porto do Recife, do qual o Cais José Estelita faz parte, começou com a implantação de duas torres para habitação construídas em um terreno que pertencera ao grupo Mesbla. Esse projeto suscitou protestos por quebrar os padrões de altura de toda a área, chegou a ser suspenso por decisão judicial várias vezes, até que foi finalmente liberado e terminado de ser construído. O que se passou entre sua interdição e sua liberação ainda não foi investigado, mas consolidou o poder do grupo Moura Dubeux sobre o espaço do Recife, já antes bastante forte. Importantes políticos e magistrados possuem apartamentos nessas torres. A área mais próxima do Porto do Recife faz parte de um projeto denominado de Porto Novo. Antigos armazéns estão sendo demolidos, a exemplo do da Conab, em cujo lugar será construído um hotel de luxo. *Diário de Pernambuco. Hotel de luxo próximo ao cais*. Recife, 18 de março de 2012, Vida Urbana, C1.

29 A valorização dessa área, antes de menor valor imobiliário, já constitui um importante elemento da dinâmica urbana, no caso, comandada pelo capital.

Essa venda, realizada em 2008, através de leilão, mesmo sendo legal, e supondo que tenha se passado sem algum tipo de acordo ilícito, foi evidentemente um grave erro de política urbana e de defesa do patrimônio público³⁰. Como, depois de toda a legislação nacional de defesa do patrimônio e de ordenamento urbano, pode o Estado desfazer-se de uma área de tal importância, entregando a empresas privadas a decisão sobre o seu uso³¹?

De posse dessa área, um verdadeiro presente dado pelo poder público, o consórcio imobiliário elaborou um plano de intervenção denominado de *Novo Recife*. Nele está prevista a “[...] edificação de um restrito complexo empresarial e habitacional de luxo, com a construção de 13 torres de até 42 pavimentos”³².

Tudo parecia andar no melhor dos mundos para todos os envolvidos nesse projeto: União, Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura

30 Pernambuco – Sede da RFFSA – Leilão contraria interesses do Estado. O governo de Pernambuco tinha planos de utilizar o terreno da extinta Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), no Cais de Santa Rita (sic), para implantar na área a sede administrativa do Executivo estadual. A informação de que a área será leiloada na próxima sexta-feira ao preço mínimo de R\$ 55,27 milhões contraria os interesses do governo, que tinha explicitado à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e à Prefeitura do Recife (PCR) o interesse pela área. Uma das justificativas para leiloar a área ao invés de ceder ao Governo do Estado é a necessidade de usar os recursos para saldar o passivo da RFFSA. Na avaliação do coordenador do complexo turístico Recife-Olinda, César Barros, a decisão de leiloar a área é positiva. “Independente de quem vai adquirir, seja o setor público ou o privado, o importante é que sejam respeitadas as diretrizes de ocupação do solo na região, que terá destinação turística, atendendo a um uso pré-determinado”, observa. Ontem, foi o último dia para envio de documentos para aprovação do cadastro e participação no leilão. O aviso foi publicado no *Diário Oficial da União*. O leilão ocorrerá às 11h do dia 3 de outubro, na Rodovia Raposo Tavares, km 20, em São Paulo capital, e também poderá ser feito online, com informações em <http://www.milanleiloes.com.br/>. O leiloeiro escolhido foi Ronaldo Milan, que receberá uma comissão de 0,95%. O terreno tem 101.754,27 m², e o sinal mínimo terá que ser de 20%. *Jornal do Commercio* http://jc.uol.com.br/jornal/2008/10/01/not_301612.php.

31 Para a Fundarpe: “Os galpões de açúcar do antigo IAA não têm referências na arquitetura. Já os armazéns com características de casario estão na lista do patrimônio cultural ferroviário segundo a portaria 441 de 13 de dezembro de 2011 do Iphan”. A diretora lembrou que o consórcio tem a posse de apenas metade dos armazéns de interesse histórico. Para o Iphan “esse conjunto foi considerado como remanescente histórico da antiga rede ferroviária. Ele não é tombado, mas tem que ser preservado e não será liberado para nenhuma ação. O mesmo vale para a linha férrea que passa por trás desses armazéns, que é a segunda mais antiga do País”. *Diário de Pernambuco*. Sinal verde para o novo cais. 22 de março de 2012. Vida Urbana, C5.

32 Carta Explicativa e Convitativa Ocupe Estelita. www.direitosurbanos.wordpress.com. Acessado em: 09/05/2012. Não é por acaso que o termo *Novo Recife* seja utilizado para um projeto que não tem nada de novo, mas apenas a reiteração dos projetos imobiliários que ganharam força, no Brasil, a partir dos anos 1970, quando o Estado ditatorial praticamente renunciou a ter uma política urbana com sentido coletivo e a entregou aos interesses do capital imobiliário. Sobre urbanização moderna, ver: Tomás de Albuquerque Lapa. *Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

da Cidade do Recife e Câmara de Vereadores³³, quando a realização de uma audiência pública sobre o mesmo permitiu que muitas vozes discordantes surgissem. A audiência pública foi realizada no Plenarinho da Câmara Municipal do Recife, no dia 22 de março de 2012. No dia seguinte, a imprensa escrita publicou a notícia. Algumas das matérias publicadas na imprensa do Recife registraram tais discordâncias, e, a partir daí, o projeto do *Novo Recife* ganhou uma dimensão pública certamente não esperada:

Um grande tumulto marcou, ontem pela manhã [22 de março], a audiência pública realizada no Plenarinho da Câmara Municipal do Recife para debater o projeto do Novo Recife, que pretende mudar a cara do Cais José Estelita. A apresentação do projeto do consórcio Moura Dubeux/Queiroz Galvão³⁴ foi vaiada pela plateia, que lotou o auditório. Em seguida, o professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Tomaz Lapa, posicionou-se contra o projeto, alegando que ele utiliza a lógica do capital ao verticalizar para vender várias vezes seguidas o mesmo terreno. Ele acrescentou que o projeto é segregador porque enche as ruas de carro e é um atentado à mobilidade. Ele foi aplaudido de pé. Representando a Prefeitura do Recife, a secretária de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obra, Maria de Biase, disse que a administração municipal ainda está analisando o projeto. Última a falar, a promotora Belize Câmara, representante do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), pronunciou-se contra o projeto e foi taxativa: “De antemão, atesto que o Ministério Público se posiciona contra o projeto”, disse³⁵.

(...) Diversas pessoas presentes à reunião atualizavam as informações pelas redes sociais, utilizando a hashtag #novorecife. Grupos em redes sociais como o Facebook foram criados para repercutir o tema, e até um abaixo-assinado está circulando na internet³⁶.

33 Uma importante instância governamental em todo este processo é o Conselho de Desenvolvimento Urbano. No mesmo, apesar da presença de setores dos movimentos sociais e de representações de classe, o poder da representação dos interesses imobiliários tem sempre prevalecido.

34 Fazem parte, também, do consórcio que adquiriu a área do antigo Parque Ferroviário a GL Empreendimentos e a Ara Empreendimentos.

35 Um editorial do *Jornal do Commercio*, intitulado *Preservação do atraso*, datado do dia 11 de março de 2012, fazia a crítica da posição do Ministério Público de Pernambuco contra o projeto *Novo Recife*. Essa posição do *Jornal do Commercio* não surpreende e expressa os interesses privatistas de uma empresa pertencente a um grande conglomerado empresarial pernambucano, o grupo JCPM, proprietária do jornal e construtora do Shopping RioMar, situado no bairro do Pina.

36 *Projeto do Cais leva ré. Ministério Público se posicionou contra a ideia de mudar a cara do José Estelita. AquiPE*. Recife, 23 de março de 2012. Cidades, 8. O *Diário de Pernambuco*, na mesma data, 23 de março de 2012, caderno Vida Urbana, C3, publicou matéria de meia página intitulada *Primeiro round de uma grande polêmica. Esquenta o debate em torno do projeto que pretende*

Num período de 27 dias, três manifestações foram realizadas no Cais José Estelita, em 2012: nos dias 15³⁷ e 27 de abril³⁸ e no dia 12 de maio³⁹.

Esse não é o primeiro movimento urbano do Recife em defesa de direito coletivo ao uso do solo ou em defesa de algum bem patrimonial ameaçado pelos interesses imobiliários, mas apresenta algumas características novas que merecem ser destacadas⁴⁰. Em primeiro lugar, o processo de mobilização tem sido feito em grande parte pela internet, em blogs e sites. O uso de imagens tem um lugar especial, sendo que é impossível saber quantas pessoas tem fotografado e filmado os eventos, divulgando-os. E, como outros movimentos recentes ao redor do mundo, há um momento no qual as manifestações deixam as telas dos computadores e se tornam realidade no espaço público das ruas⁴¹. Além do mais, repercussões

mudar a cara do Cais José Estelita. O Jornal do Commercio, da mesma data, caderno Cidades, 4, também deu destaque à audiência pública: Novo bairro acende polêmica. Urbanismo. Clima esquentou, ontem, na Câmara de Vereadores do Recife, na audiência sobre o projeto para área do Cais José Estelita.

37 Ocupe Estelita discute direitos urbanos. *Diário de Pernambuco*, 08 de abril de 2012, Viver, E5.

38 Ocupe Estelita discute direitos urbanos. *Diário de Pernambuco*, 08 de abril de 2012, Viver, E5.

39 Espaços públicos. Ocupe Estelita na mobilização 12 m. *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 2012, A2 e A3.

40 Como todas as cidades brasileiras, o Recife tem sido um local de lutas constantes pelo espaço. Dessas lutas surgiram algumas conquistas, uma delas a da chamada Lei do Prezeis, pela qual certas áreas são garantidas aos seus ocupantes contra os interesses imobiliários mais voltados para o mercado. Brasília Teimosa é o mais significativo exemplo dessas lutas, mas não está fora de novas investidas, algumas mais explícitas, outras que vão pouco a pouco comprando as casas dos atuais moradores sem alardes. Brasília Teimosa valorizou-se bastante quando as chamadas *palafitas* frente ao mar foram retiradas e revelou-se um belo panorama, especialmente para as casas da beira-mar. Outro exemplo de luta pela defesa do espaço público e de um importante serviço público foi a defesa do Hospício Ulysses Pernambucano, a chamada Tamarineira. A mobilização da população conseguiu derrotar o projeto de construção de um shopping center, acabando de ser aprovada a lei municipal nº 17.802/2012, que cria a Unidade de Conservação da Paisagem (UCP) Parque da Tamarineira, projeto de autoria da vereadora Priscila Krause. Sobre mobilizações urbanas no Recife, ver: D. Bernardes, E. F. Oliveira, P. Grunpeter, M. R. Conceição, A. P. Carvalho. *Social movement and the conquests in the urban space: The experience of the city of Recife*. In: 14th International Symposium of the Inter-University Consortium for International Social Development, 2005, Recife, 2005. Brasília Teimosa, agora chamada de Brasília Formosa ainda continua nos planos das imobiliárias. Ver: O velho e o novo Pina. Coluna *Diário Econômico*, do jornalista Aldo Paes Barreto. *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 2012. Caderno Economia, B2. O mesmo articulista vem defendendo o projeto *Novo Recife* e atacando a posição já anunciada do Ministério Público de Pernambuco: *Nada de novo*. Coluna *Diário Econômico. Diário de Pernambuco*, 24 de março de 2012. Caderno Economia, B2.

41 Para o movimento *Occupy London*, que aconteceu no dia 12 de maio, 1 ano depois do que aconteceu na Espanha, ver: <http://www.guardian.co.uk/world/2012/may/11/occupy-movement-global-weekend-action>. Para ações em vários países: <http://map.squaresdatabase.org/>.

do movimento têm aparecido na imprensa local, tanto em jornais quanto na televisão⁴², a exemplo da matéria publicada no blog de Luis Nassif e reproduzida no apêndice.

O QUE ESTÁ EM JOGO NESTA LUTA?

No centro dessa luta que envolve o Estado – sob suas diversas formas –, interesses do capital imobiliário e pessoas que se mobilizam por uma determinada visão da cidade, está uma luta cultural, mais precisamente uma disputa de política cultural que tem como eixo o controle sobre o território, mas que o ultrapassa largamente. A pergunta que se coloca é: Quem deve determinar o uso desse território urbano: os interesses do capital urbano em associação com o Estado, para seu uso privado, modificando totalmente toda a paisagem do Recife, e não apenas a das áreas mais próximas, ou aquela parte da população que se mobiliza para que a área seja mantida como um espaço de uso público, mas sob uma nova forma?

Os que defendem a intervenção privada sobre a área do Cais José Estelita falam do uso de um espaço sem qualquer utilização, de sua valorização e, especialmente da construção de um novo Recife. Esquecem que esse espaço tornou-se aparentemente sem uso pelas transformações ocorridas na economia e na ação do Estado, quando este foi marcado pelas ideias do neoliberalismo. Daí a decisão de alienação de um espaço público para transformá-lo em um espaço privado. Por outro lado, não apenas se apaga toda a carga histórica que impregnou tal espaço, ignorando-se também diversas possibilidades de sua utilização pública. Além do mais, no projeto *Novo Recife*, existe uma decisão de radical transformação da paisagem de toda a área e sua apropriação de maneira privada. Privatiza-se, assim, o direito à paisagem, hoje um dos direitos postos como de todos. Nesse sentido, o novo é apenas a reiteração do velho.

42 Um levantamento, bastante incompleto, das matérias publicadas nos jornais do Recife com referências ao Cais José Estelita, ao projeto *Novo Recife* e posições de apoio ou recusa ao mesmo, incluindo as sessões de cartas dos leitores, entre os dias 10 de março e 28 de maio de 2012, identificou um número de dezoito matérias.

Outro aspecto a ser lembrado é que a luta pelo espaço como um espaço público, contra sua utilização privada, tem o sentido também de tornar efetivo um vasto conjunto da legislação brasileira que passa pela defesa do patrimônio histórico-cultural e pela cidade como um bem público. Vale lembrar que a mobilização dos partidários do Cais José Estelita como um espaço público busca — consciente ou inconscientemente — aplicar toda uma série de princípios presentes na citada legislação. Esse conjunto de legislação inclui desde a legislação de defesa do patrimônio histórico-cultural à Constituição de 1988 e ao Estatuto das Cidades⁴³. É importante lembrar esse conjunto de regulação jurídica do tratamento do patrimônio e do espaço porque o mesmo não tem sido devidamente levado em conta pelos poderes públicos, os primeiros responsáveis por sua aplicação. Nesse sentido, o movimento *Ocupe Estelita* assumiu, em grande medida, o que deveria ser o papel do Estado no sentido de aplicar a legislação que regulamenta o uso dos espaços públicos carregados de memória e o ordenamento do espaço. De fato, todos os argumentos dos defensores do projeto *Novo Recife* evitam enfrentar que estamos diante não da valorização de um espaço, mas de uma disputa sobre um problema de interesse público.

Como coloca Ana Paula Portela, participante do *Ocupe Estelita* “O maior equívoco urbanístico cometido até então foi a falta de preocupação da população e dos movimentos sociais com a cidade, deixando que o poder público tomasse as decisões sozinho. Acho que nos faltou a percepção do todo, mas agora estamos retomando. Todo mundo que mora no Recife tem interesse em morar bem e ter qualidade de vida. Dizer como queremos viver aqui é um direito que estamos exercendo”⁴⁴.

43 A Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada *Estatuto das Cidades*, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal vigente e reza em seu art. 2º: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante as seguintes diretrizes gerais” das quais destacamos os itens: I) garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II) gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; e XII) proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

44 Ana Cláudia Dolores. *Erros que custaram caro ao Recife. Diário de Pernambuco*, 08 de abril de 2012, Vida Urbana, C4.

O movimento *Ocupe Estelita* realiza, em plenitude, uma política cultural cujo significado ultrapassa largamente os limites da cidade do Recife e se insere em um complexo internacional de luta pelo direito à cidade que hoje atravessa diversos países.

Fica a pergunta: Qual será o destino dessa luta, conseguirá impor que a cidade seja uma construção também de seus moradores, e não apenas o espaço dos atuais projetos do capital imobiliário e, no caso, do projeto *Novo Recife*?

APÊNDICE

RECIFENSES SE MOBILIZAM POR SUA CIDADE

Enviado por Luis Nassif, sábado, 24/03/2012 - 09:47

Por Silvio B. Campello

Postei aqui, na quarta-feira, sobre a perspectiva de uma mobilização inusitada no Recife a respeito de um grande projeto imobiliário. A audiência pública marcada para quinta-feira ocorreu com a presença maciça da população, mobilizada a partir do Facebook. É um movimento que vem crescendo e se organizando, notícia alvissareira diante do caos do planejamento urbano brasileiro, a partir de pequenas lutas como a realizada para tomar um espécime único da arquitetura praieira pernambucana, o edifício Caiçara. Os mesmos que se mobilizaram naquela época e outros que se preocupam com ciclovias e transporte coletivo se encontraram em torno da resistência a um projeto maravilhoso para as empreiteiras e lastimável para o resto da população. Acho que merece a atenção daqui do blog. É algo novo surgindo, de auto-organização. Seguem mais alguns links:

Trechos da audiência: <http://vimeo.com/39050957>

Grupos no Facebook:

<https://www.facebook.com/groups/348480681859986/>

<https://www.facebook.com/groups/233491833415070>

REFERÊNCIAS

- BERNARDES, Denis. *Recife – o caranguejo e o viaduto*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1996.
- BRYSON, Bill. *Em casa*. Uma breve história da vida doméstica. Tradução Isa Maria Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BRAGA, João. *Trilhas do Recife*. Recife: Inojosa, 2000.
- CAVALCANTI, Betânia Uchoa. *O mágico retorno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FAVIER, Jean. *Les archives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.
- FAVIER, Lucie. *La mémoire de l'État*. Histoire des Archives Nationales. Paris: Fayard, 2004.
- FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Posfácio de Frédéric Barbier. Paris: Albin Michel, 1999.
- LAPA, Tomás de Albuquerque. *Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?* Recife: Editora Universitária/UFPE, 2011.
- LORETTO, Rosane Piccolo. *Paraíso e martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2008. (Coleção Teses e Dissertações, 13).
- LUBAMBO, Cátia Wanderley. *Bairro do Recife*. Entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife: Cepe/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.
- Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Arquivo Nacional. *Flora Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo*. Documentos. Rio de Janeiro, 1961.
- MONTENEGRO, Antônio Torres; SALES, Ivandro C.; COIMBRA, Sílvia R. *Bairro do Recife: porto de muitas histórias*. Recife: Gráfica Recife, 1989.
- ORLANDO, ARTHUR. *Porto e cidade do Recife*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1908.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. *Preservação de sítios históricos*. Recife, 1981.
- VASCONCELOS, Rosiglay Cavalcante de. *Conflitos ambientais urbanos: uma análise da intervenção do poder público e do setor imobiliários formal na comunidade de Brasília Teimosa, Recife/Pernambuco*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais/UFPE. Recife, 2011.

SITES

- www.direitosurbanos.wordpress.com
- <http://www.guardian.co.uk/world/2012/may/11/occupy-movement-global-weekend-action>.
- <http://vimeo.com/39050957>
- <https://www.facebook.com/groups/348480681859986/>
- <https://www.facebook.com/groups/233491833415070>
- <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/recifenses-se-mobilizam-por-sua-cidade>
- <http://www.urbanismobr.org/bd/autores.php?id=486>